

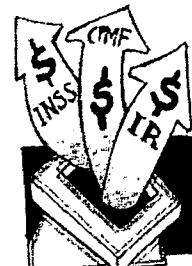
# Impostos devem pesar mais no bolso da classe média

Especialistas entendem que haverá aumentos de tributos, como do IR da pessoa física e da CPMF

**WELLITON MORAES  
e SERGIO LAMUCCI**

**A**s medidas de ajuste fiscal que o governo deve anunciar nos próximos dias tendem a incluir aumentos de tributos, como o Imposto de Renda e a CPMF, e corte de gastos, que podem passar pela demissão de funcionários públicos. Essa deve ser a opção escolhida pela equipe econômica para a busca do equilíbrio das contas públicas.

Para o tributarista Antônio Carlos do Amaral, o governo deve aumentar sua receita por meio de elevação da alíquota de impostos, principalmente a do IR da pessoa física, que é retido na fonte. A alíquota máxima poderia subir de 27,5% para 35%. Além disso, a base de arrecadação também pode ser ampliada pela redução do limite de isenção, de R\$ 900,00. "Com essas medidas, o governo garante um aumento expressivo na sua receita, mas, em contrapartida, pune a classe média, a principal atingida por essa alteração." Amaral não descarta a possibilidade de que ocorram mudanças nas deduções do IR, hoje limitadas a 20% da renda do contribuinte.



O tributarista Waldir Braga acredita que o governo vai elevar a alíquota do IR. Ele considera ainda muito provável a elevação da taxa da CPMF, hoje de 0,20%. Não descarta uma alta para 0,30% ou

mesmo 0,40%. "A CPMF é um mau imposto, mas é de fácil arrecadação e difícil sonegação."

O diretor da Austin Asis, Mário Alberto Lopes Coelho, afirma que as medidas do governo na área tributária deveriam passar pela redução do número de impostos para tentar aumentar a arrecadação. Com um número menor de impostos, ele acredita que a equipe econômica conseguiria combater, com maior eficácia, a sonegação.

O sócio da KPMG Consultores, Inocêncio Henrique do Prado, considera arriscado o governo elevar a alíquota da CPMF e de impostos como IPI e ICMS. Isso porque, segundo ele, a elevação da alíquota desses tributos encarece os custos de produção e, por consequência, reduz a atividade industrial do País e pode ocasionar ainda mais desemprego do que o esperado.

O economista-chefe do Banco Santander, Dany Rappaport, também aposta que o governo deverá aumentar a alíquota do IPI de alguns produtos supérfluos e cancelar algumas isenções fiscais. Ele diz que, além do aumento de impostos, o governo deve tentar regulamentar a reforma administrativa, que permite a demissão de funcionários quando o gasto com a folha de pagamento ultrapassa 60% do orçamento. O economista-chefe do Lloyds Bank, Odair Abate, diz que é possível que o governo demita os 33 mil servidores não estáveis, medida que não precisa de regulamentação. Além dessas demissões, Abate lembra que o ajuste fiscal deve contribuir para o aumento do desemprego, por levar à diminuição da demanda agregada.

## E AGORA, O QUE VEM?

Com FHC reeleito, confira as medidas que poderão ser tomadas

### Ajuste fiscal - Aumento de receitas

#### IMPOSTO DE RENDA

- Governo pode elevar Imposto de Renda na fonte para pessoa física
- Limite de isenção que é de R\$ 900 pode ser reduzido, alcançando mais contribuintes e aumentando a base de arrecadação
- Alíquota máxima de imposto, que é de 27,5%, pode voltar a ser de até 35%
- Alíquota mínima, que é de 15%, pode subir para 18%
- Deduções usadas para cálculo do imposto na fonte-contribuição ao INSS, dependentes e pensão-alimentícia podem ser reduzidas ou eliminadas
- Na declaração de ajuste anual, Receita pode padronizar desconto-padrão de 20% para todos os contribuintes. Esse limite de 20% também pode ser reduzido
- Projeto para taxação de grandes fortunas pode voltar a ser discutido
- Governo pode elevar alíquota de imposto também para pessoa jurídica

#### CPMF

- A alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que é de 0,20% sobre o que sai da conta corrente, pode chegar a 0,50%
- Validade do tributo, que terminaria no início de 1999, pode ser esticada até 2001

#### INSS

- Alíquota de contribuição previdenciária pode ser elevada para contribuintes do setor público e privado
- Volta da cobrança da contribuição de servidores inativos

#### FISCALIZAÇÃO

- Intensificação do cerco a sonegadores de impostos e contribuições



### AS DEZ CONSEQUÊNCIAS PARA O BOLSO

- Manutenção das taxas de juros em níveis elevados deve provocar recessão e, portanto, aumento do desemprego
- Linhas de financiamento ficam proibitivas para consumidor e empresário
- Demissões no setor público poderão engrossar o número de pessoas sem emprego no País
- Corte nos investimentos também deverá aumentar o desemprego
- Reajustes salariais tendem a ficar cada vez mais escassos e menores e acordos para redução de salários tendem a tornar-se mais comuns
- Situação pode proporcionar novos tipos de acordo entre patrões e empregados
- Aumento de impostos e da contribuição ao INSS tende a deixar o orçamento mais apertado, e a inadimplência deve aumentar
- Reforma da Previdência vai exigir mais contribuições do segurado e, possivelmente, idade mínima
- Medidas para preservar reservas podem tornar mais cara a viagem ao exterior
- Produtos importados supérfluos podem ficar mais caros

### Ajuste fiscal - Corte de despesas

- Haverá cortes de investimento
- Demissão de 33 mil servidores não-estáveis
- Regulamentação da reforma administrativa para permitir demissão de servidor sempre que comprometimento com folha de pagamento for superior a 60% do orçamento
- Corte nos subsídios e isenções fiscais concedidos a empresas e a entidades

### Proteção das reservas

#### Aumento da entrada de dólares

- Medidas de incentivo às exportações, com redução de impostos
- Correção mais acentuada do real em relação ao dólar
- Como medida extrema, a adoção de uma mídi ou maxidesvalorização do câmbio
- Aumento das taxas de juros para atrair investidores estrangeiros
- Emissão de bônus com lastro em empresas que serão privatizadas

#### Restrição à saída de dólares

- Aumento de imposto nas importações
- Restrições à importação de alguns produtos
- Processo mais seletivo na liberação de importação
- Restrições a gastos no exterior por turistas
- Elevação do IOF pago por administradoras de cartões de crédito e repassado ao usuário sobre as despesas internacionais
- Taxação na compra de moeda (em espécie ou traveller check) para viagens internacionais
- Taxação de compra de passagem aérea internacional
- Restrição à entrada de capital especulativo
- Elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que hoje é de 2%, para o dinheiro externo a ser empregado em aplicações de curto prazo